

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PRÁTICA: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DOS MECANISMOS DEMOCRATIZADORES DA ESCOLA

Poliana Lima da Silva ¹

RESUMO

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, a gestão democrática se constitui como um dos princípios da educação pública nacional, sendo a participação um dos pilares desse modelo de gestão. Considerando esses fatores, esta pesquisa visa refletir sobre a participação dos diversos segmentos da escola e os mecanismos de gestão democrática que viabilizam a participação desses sujeitos na instituição pesquisada. O objeto do estudo trata-se de uma escola da rede municipal do ensino de Recife/PE. A pesquisa trata-se de um estudo de campo, que utilizou como procedimentos metodológicos a observação, entrevistas estruturadas com a gestora, equipe escolar e membros do conselho, como também a análise documental do Projeto Político Pedagógico Escolar e das atas do Conselho Escolar. Por fim, constatou-se que apesar da existência de indícios de Gestão Democrática na escola pesquisada, através dos mecanismos democratizadores, faz-se necessário o avanço da participação, visto que a escola pesquisada não viabiliza a participação da comunidade externa na escola e a participação dos responsáveis ainda é limitada.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Participação, Mecanismos Democratizadores.

INTRODUÇÃO

Conforme salienta o Título IV, Artigo 3º, Inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a Gestão Democrática se constitui como um dos princípios da educação nacional. Neste mesmo documento legal, Título IV, Artigo 14º, salienta-se que as normas deste modelo de gestão deverão acontecer seguindo o pressuposto da participação (BRASIL, 1996).

Seguindo esses preceitos legais, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre a participação dos diversos segmentos (equipe escolar, pais, comunidade, estudantes) na escola pública pesquisada e os mecanismos de gestão democrática que viabilizam a participação desses sujeitos na instituição.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, polianalimadasilva@hotmail.com.

Essa pesquisa trata-se de um estudo de campo, que utilizou como procedimentos metodológicos a observação, entrevistas estruturadas com a gestora, equipe escolar e membros do Conselho Escolar, como também a análise documental do Projeto Político Pedagógico Escolar e das atas do Conselho Escolar.

A instituição, objeto do estudo, trata-se de uma escola da rede municipal do ensino de Recife/PE. que atende aos turnos manhã e tarde, a nível infantil (Grupo IV e Grupo V) e ensino fundamental (1º a 5º ano), contemplando também as turmas dos programas de correção de fluxo “Se liga” e “Acelera”.

A análise das observações, das entrevistas concedidas e PPPE foi realizada à luz das contribuições de AGUIAR (2012), BUENO (2001), MARQUESIN (2010), MEDEIROS e OLIVEIRA (2008), PARO (2003), SANTIAGO (2012), SANTOS (2009), VEIGA (1998), VIEIRA e VIDAL (2015), da CF/1988 e da LDB/1996, buscando verificar como a Gestão Democrática se efetiva e como o princípio da participação se evidencia através dos mecanismos democratizadores existentes na escola.

Por fim, constatou-se que apesar da existência de indícios de Gestão Democrática na escola pesquisada, através dos mecanismos democratizadores, faz-se necessário o avanço da participação, visto que a escola pesquisada entende como necessária a participação apenas da comunidade escolar. Desse modo, anula-se a possibilidade de contribuição da comunidade local no processo de construção da escola, devido ao contexto de violência em que ela está inserida, como também limitando a participação dos pais na instituição.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo, caracterizado como um estudo de campo. Utilizou-se como procedimento metodológico observações durante o período de seis meses na escola municipal, objeto do estudo. Além disso, para obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas estruturadas com a gestora, a equipe escolar e os membros do conselho escolar da instituição, além da análise documental do Projeto Político Pedagógico Escolar.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA - CAMPO DE OBSERVAÇÃO

O estudo de campo foi realizado em uma escola da Rede Municipal de Recife, no bairro de Campo Grande, Zona Norte do Recife/PE.

A escola atende estudantes da Educação Infantil, Grupo IV e V, Educação Fundamental, do 1º ao 5º ano, como também as turmas dos Programas de Correção de fluxo “Se liga” e “Acelera. Tem um total 651 estudantes, sendo 315 estudantes do turno da manhã e 336 no turno da tarde, com faixa etária de 4 a 14 anos.

De acordo com BUENO (2001), as escolas públicas de ensino se configuram como uma instituição social ímpar, pois apresentam uma trajetória histórica própria. Nesse sentido, busca-se na pesquisa evidenciar como ocorreu o processo de criação da instituição escola.

A escola foi fundada em 2000, diante da luta das comunidades, pois não havia escola nas redondezas. Na época, os moradores da comunidade realizaram um abaixo-assinado reivindicando a criação da instituição. Seu nome foi escolhido em homenagem a esposa do vereador que apoiou a causa em pauta.

Apesar do estudo evidenciar os aspectos de funcionamento da instituição, BUENO (2001, p. 6) ressalta que “a escola possui formas de organização, normas e procedimentos que não são meramente aspectos formais de sua estrutura”. Considerando esse aspecto salientado pelo autor, buscou-se, por meio deste estudo, evidenciar para além desses aspectos formais, visto que sua constituição contém mecanismos que podem incentivar ou restringir a participação.

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM PAUTA E O PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO

A ideia de Gestão Democrática como princípio da educação pública nacional aparece em primeiro momento por meio da promulgação da Constituição Federal, conhecida também como Constituição Cidadã, no Capítulo III, Seção I, Artigo 206, Inciso VI, sendo reforçada a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996.

A Gestão Democrática surge como pauta no período de lutas sociais que abrange a década de 80. Nesse contexto os movimentos sociais estavam bastantes presentes, como no Movimento “Diretas Já”, devido ao processo de redemocratização. Conforme SANTOS (2009, p.3) “esse paradigma vai se contrapor ao racional-positivista ou empírico analítico que está na base das orientações para a condução da gestão da educação e da escola em seu formato técnico-científico”.

Diante disso, AGUIAR (2012) ressalta que esse novo modelo de gestão ganha concretude, embasado na ideia de ação coletiva, no qual todos os sujeitos sintam-se participantes do processo. Conforme a autora, para a efetivação do processo de democratização da escola é indispensável o desenvolvimento do princípio de participação. De

modo que, esse princípio seja expresso no cotidiano, tomando forma nas práticas educativas circulares.

A LDB/1996 Título IV, Artigo 12, Inciso VI, diz que os estabelecimentos de ensino incubem-se de: “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;” (BRASIL, 1996). Tendo isso em vista, é indispensável que a prática de gestão escolar promova a participação por meio da descentralização na tomada de decisões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

BUENO (2001), em sua obra intitulada “Função social da escola e a organização do trabalho pedagógico”, salienta que a escola tem sido tratada, grande partes das vezes, como instituição abstrata, que cumpre suas funções de forma homogênea, independente da sua origem e história. A partir dessa reflexão, buscou-se refletir sobre a escola em foco. Uma escola que nasceu pela luta da comunidade, mas que a mesma não entende seu papel na construção do saberes, e essa, não é incluída no âmbito escolar.

Foi perceptível por meio das entrevistas e observações, que a interação escola-família-comunidade teve seus laços mais afrouxados quando começaram a existir furtos dentro da escola. A dirigente em entrevista salientou que não existe a participação da comunidade externa devido aos episódios de violência que ocorrem no entorno.

Em consonância com essa realidade constatada no objeto do estudo, VIEIRA E VIDAL (2015, p. 27) ressaltam que: “a relação escola e comunidade ainda é assimétrica, atuando a escola como a protagonista das iniciativas”.

Além desses aspectos, foi perceptível nas observações que os pais, que antes eram os únicos representantes da comunidade a adentrar os espaços escolares, foram limitados ao portão, restringindo a escola ao caráter utilitarista, sendo vista por alguns responsáveis como um “depósito” de crianças.

Em vista disso, VIEIRA E VIDAL (2015, p. 9) acrescentam que “a escola ainda é cercada da mística do que não se conhece e acaba por constituir-se como uma caixa-preta”. Tendo isso em vista, constatou-se desafio de viabilizar também a participação dos pais na escola.

Nesse sentido, BUENO (2001, p.6) ressalta que “uma escola que pretende atingir, de forma gradativa e consistente, índices crescentes de democratização de suas relações institucionais não pode deixar de considerar, como parte integrante de seu projeto, o

compromisso de participação”, caso contrário, inibir e restringir as formas de participação de todos os membros da comunidade escolar seria dar um passo longo para a não democratização. De acordo com VIEIRA E VIDAL (2015, p.9), “quando a família e a comunidade se sentem intimidados perante a escola e seus professores, esta relação torna-se mais complexa.”

A PARTICIPAÇÃO E OS MECANISMOS DEMOCRATIZADORES DA ESCOLA

AGUIAR (2012, p. 83) conceitua a Gestão Democrática como o “reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e manejo do seu trabalho”. Através desse modelo democrático-participativo, a autora ressalta que os sujeitos passam compreender a complexidade do trabalho pedagógico e importância da contribuição individual e coletiva para melhor realização e eficácia.

Desse modo, entendendo a relevância que tem a ação coletiva no contexto atual, buscou-se no estudo evidenciar o estabelecimento do princípio da participação na instituição pesquisada.

De acordo com o que está expresso no PPP da escola pesquisada, um dos seus objetivos principais estabelecidos trata-se de “Fortalecer a Gestão Democrática, tornando-a mais atuante”, sendo uma das metas promover ações de integração que dinamizem a gestão escolar com todos os segmentos. Nesse fragmento pode-se observar que o documento expressa a importância da participação dos diversos sujeitos que formam a instituição.

No entanto, essa noção precisa perpassar também a prática cotidiana. Nesse sentido, verificou-se a importância de observar a escola e a existência dos mecanismos de gestão democrática que viabilizem essa participação, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 estabelece que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Tendo isso em vista, a participação dos diversos segmentos da escola devem permear a escola através dos mecanismos democratizadores, possibilitando também que a escola tenha sua autonomia pedagógica, através da elaboração do PPPE; financeira, por meio do repasse da

verba do PDDE para que Conselho Escolar decida em que área aplicar e administrativa, através da eleição para dirigentes (Marquesin, 2010, p. 154). Portanto, o percurso de identificação dos mecanismos de gestão democrática para verificar a participação na escola foi imprescindível.

Conselho Escolar

Com a finalidade de identificar a participação dos diversos segmentos da instituição, o primeiro instrumento de Gestão Democrática analisado foi o Conselho Escolar.

Segundo MEDEIROS e OLIVEIRA (2008), pode-se constatar que o Conselho consiste no “espaço democrático para discussão, decisão e implementação das decisões; por isso, deve ser entendido como um mecanismo indispensável à democratização da escola”, como também traz a autonomia que SANTOS (2009) ressalta, visto que a verba do PDDE é administrada pelos membros desse Conselho.

Conforme o professor de educação infantil, membro do Conselho Escolar, as reuniões do conselho escolar acontecem mensalmente e, quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias. O conselho escolar é composto por toda comunidade escolar, no entanto a comunidade externa é restrita desse processo democrático.

Nesse sentido, Paro (1997 apud. MEDEIROS E OLIVEIRA 2008) afirma que as péssimas condições, sociais, políticas, culturais e econômicas tornam-se condicionantes na participação da comunidade nas decisões escolares. Esse aspecto configura-se como evidente no objeto de estudo em questão, visto que a gestão afasta a comunidade devido ao medo da violência presente na localidade, e os pais, conforme as observações se afastam da escola, principalmente, devido a jornada de trabalho.

Segundo os membros do Conselho, a tomada de decisão é feita através da votação. Uma das ações que os membros realizam é a identificação de alunos faltosos, a partir dos indícios, os membros do conselho entram em contato com a família desses estudantes, caso o problema não seja solucionado acionam o Conselho Tutelar. De acordo a maioria dos membros entrevistados, a prioridade das pautas trata-se dos estudantes da instituição.

Conforme as atas do Conselho, esse instrumento democrático é efetivo na instituição, sendo responsável por dar voz aos diversos segmentos da escola, como pode-se perceber na fala de um dos seus membros: “*eles acatam muito o que a gente fala*”.

Desse modo, pode-se afirmar que é a presença do Conselho Escolar adquire relevância na viabilização do pressuposto da participação na Gestão democrática, visto que proporciona

o diálogo entre os diversos segmentos da instituição (MEDEIROS E OLIVEIRA, 2008). No entanto, o Conselho Escolar da instituição pesquisada precisa avançar no que tange a participação da comunidade do entorno, para assim atingir um índice maior de democratização.

Eleição Direta

Segundo PARO (2013, p. 42): “A escolha de diretores pela via eletiva pode ser importante elemento de exercício democrático e de fortalecimento da autonomia da escola”. Considerando esse aspecto, durante entrevista, foi abordada a trajetória da eleição da atual gestora.

A dirigente afirmou estar a 13 anos na função. De início, entrando na escola como professora concursada e em três anos substituindo a vice devido a vacância. Após oito meses, passou por um curso de 48hs presenciais, seguidamente, acontecendo a eleição.

Conforme as informações fornecidas, a última eleição para gestor aconteceu em 2014, devendo ocorrer uma nova eleição no ano atual. Verificou-se, portanto, que a instituição conta também com o mecanismo da Eleição viabilizando a Gestão Democrática. Em consonância com esse fato, exprime que:

A democratização da escola pública deve implicar não apenas o acesso da população a seus serviços mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito aos seus interesses, o que inclui o envolvimento no processo de escolha de seus dirigentes (PARO, 2003, p. 27)

No que tange a participação dos diversos segmentos no processo de eleição, na resposta a gestora expressiu que votam: “os professores e a comunidade escolar. Pai de aluno, pais e responsáveis dos alunos e os estudantes que são maiores que 14 anos que é o mínimo, né?! quase não tem”. Diante desse trecho, percebe-se, novamente, a exclusão da comunidade local nos mecanismos existentes, diminuindo os índices de participação presente na instituição e, conseqüentemente, contrariando a ideia de democratização da escola que expõe PARO (2003).

Projeto Político Pedagógico Escolar

Outro mecanismo de Gestão Democrática analisado é o Projeto Político Pedagógico da Escola. Assim como diz SANTOS (2009, p.13): “Um processo de gestão democrática

consiste em elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do projeto educativo que deve estar expresso no PPP e ser conhecido por toda comunidade”.

Levando em consideração sua importância para o estabelecimento da Gestão Democrática, verificamos sua atualização e por meio das entrevistas concedidas e buscamos informações quanto ao que tange a sua organização.

Segundo a gestora para a elaboração do PPPE é feito um estudo da política da rede, o que é proposto no âmbito pedagógico, colocando algumas especificidades da escola (como metas de médio e longo prazo, além disso, no documento percebe-se também o destrinchamento das ações realizadas pela instituição, assim como é ressaltado a importância em SANTIAGO (2012, p. 101-105).

A organização do documento acontece conforme a análise das metas alcançadas no PPPE anterior com auxílio dos professores e coordenação. Nesse sentido, percebeu-se, que sua construção não é coletiva, como enfatizado a necessidade em SANTIAGO (2012), visto que desconsidera os demais membros que formam a instituição, ou seja, a escola ainda apresenta uma organização piramidal quanto ao que tange o PPPE, pois não estão inclusos no processo de participação os pais e a comunidade externa, que acabam por não partilhar do poder e das co-responsabilidades nas ações da escola. (SANTOS, 2009)

Outro aspecto que deve ser salientado foi a dificuldade para a obtenção do documento, de maneira que foram necessários vários profissionais para encontrá-lo. Esse ponto merece destaque, visto que MARQUEZIN (2010, p. 156) enfatiza que:

Dentre os vários desafios atualmente enfrentados pela escola para construir e administrar o seu projeto político pedagógico, está aquele chama a nossa atenção: não reduzi-lo a mera perspectiva da mera elaboração de documentos. Não podendo ser concebido como um simples documento a ser “guardado na gaveta”, ele necessita de constantes revisões e avaliações pelos vários segmentos da escola, a fim de assegurar sua dinamicidade em relação aos desafios permanentes apresentados ao trabalho pedagógico.

Nesse sentido, faz-se necessário romper a perspectiva do PPPE como documento de construção técnico-burocrático, como ressalta SANTIAGO (2012), visto que trata-se de um documento construído e vivenciado cotidianamente, devendo ser um compromisso assumido coletivamente, assim como destaca VEIGA (1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 abrangem a Gestão Democrática como um dos princípios da educação pública nacional, sendo a participação um dos pressupostos que engloba esse modelo de gestão.

A partir desses fatores, o estudo buscou evidenciar a participação dos diversos segmentos na instituição estudada, identificando quais são os mecanismos democratizadores presentes na escola e como atuam na viabilização do princípio da participação.

Por meio da pesquisa, observou-se que a equipe escolar da escola estudada considera que tem voz nas decisões da escola, configurando-se em uma relação pautada no diálogo. No entanto, no que tange a participação dos pais, diante das falas presentes nas entrevistas e das observações, pode-se perceber que a aproximação desses com a escola acontece, geralmente, por meio das festividades e reuniões escolares, ocorrendo uma limitação na entrada e saída devido ao medo da violência na localidade, que transpassou o portão da escola em algumas ocasiões. No caso dos membros da comunidade local, essa participação não se faz presente em nenhum momento, sendo a comunidade, invisibilizada diante a escola.

Conforme constatado esse fator, percebeu-se a necessidade de ampliar o sentido da palavra participação, devendo ir além da presença física dos pais nos momentos especiais. Devendo englobar também a comunidade, que foi quem lutou em prol da criação da instituição e que compõe um dos segmentos que formam a escola. Nesse contexto, considerou-se que participação significa dialogar na tomada de decisões da escola. Sendo assim, a partir dessa participação que pode-se encontrar saídas para o desafio da violência que a escola enfrenta.

Desse modo, os mecanismos de Gestão Democrática são uma forma de viabilização dessa participação, tornando possível a inserção dos pais e da comunidade no processo de construção da escola, visto que aumentam, proporcionalmente, a democratização e a qualidade da escola.

Diante do que foi pesquisado já existe na escola o Conselho Escolar, o PPPE e o processo de Eleição Direta, importantes instrumentos da Gestão democrática. Portanto, para aumentar ainda mais os índices democratização da escola a participação deve ser um ingrediente contínuo no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. da C. C. de. Gestão Democrática, Elementos Conceituais E A Democratização Do Acesso, Permanência E Sucesso Escolar. In.: MACHADO e SANTIAGO (Orgs.). **Livro 19 “Políticas E Gestão Da Educação Básica”**, 2012, p. 83-94.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BUENO, J. G. S.. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico**. Educar em Revista (Impresso), Curitiba – PR, v. 17, n.17, p. 101-110, 2001.

MARQUESIN, D. **Participação e Gestão Democrática**. Revista de Educação. v. 13, n 16, ano 10, p. 151-165. Disponível em: <http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/educ/article/download/1846/1753> Acesso: 22 jun 2019.

MEDEIROS, A; OLIVEIRA, F. **Conselho escolar: mecanismo de democratização ou burocratização?** Educação Unisinos. 12(1):35-41, jan./abr, 2008.

PARO, V. A eleição diante das demais alternativas de escolha. In.: _____. **Eleição de Diretores: A escola pública experimenta a democracia**. 2º Ed. São Paulo: Xamã, 2003, p. 13-47.

SANTIAGO, E. O projeto político pedagógico da escola como instrumento de gestão democrática. In.: MACHADO e SANTIAGO (Orgs.). **Livro 19 “Políticas E Gestão Da Educação Básica”**, 2012, p. 95-108.

SANTOS, A. L. F. dos. **Gestão democrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas**. In: GOMES, A. M. Políticas públicas e gestão da educação. São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf> Acesso em: 9 jun. 2019.

VIEIRA, S. L.; VIDAL, E. M. A escola pública e seu entorno social – Uma questão em aberto. **Atos de pesquisa em educação**, Blumenau, v. 10, n. 1, p.7-30, jan./abr., 2015.